



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

# SEGURANÇA PÚBLICA

## Boletim Informativo

# Índice

05	Entrevista com o Dr. João Paulo Schoucair sobre a sua Dissertação de Mestrado: “Lavagem de Dinheiro : Uma análise de seu enfrentamento pelo Ministério Público do Estado da Bahia’.
08	Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia visita PGJ
09	Conselheiros do CNMP conhecem resultados do MP baiano contra a sonegação fiscal e pela transparência nas contas públicas
10	MP recomenda medidas urgentes para contenção de casos de Covid-19 na Cadeia Pública de Salvador
11	MPBA e PRF renovam acordo de cooperação técnica para combate a crimes na Bahia
11	Programa Em Pauta aborda o desafio do Ministério Público na cadeia de custódia da prova
12	Cadeia de Curaçá é interditada pela Justiça e presos são transferidos para Juazeiro
13	Combate a roubos em ônibus e bancos é discutido em reunião entre MP e Secretaria de Segurança Pública
15	Chatbot agiliza atendimentos sobre sistema carcerário no Maranhão
15	Justiça baiana inicia segunda fase de implantação do PJe nas unidades criminais
16	CNJ consolida quatro pactuações do Fazendo Justiça nas regiões Norte e Nordeste
16	Sistemas prisional e socioeducativo já acumulam mais de 65,4 mil casos de Covid-19
17	Comitê avança para estruturação da política de Justiça Restaurativa
18	CNJ acompanha criação de comitês regionais contra assédio e discriminação
19	Consulta pública institucional subsidiará CNJ na regulamentação da transferência de presos
20	Projeto de lei prevê criação de aplicativo para registro de BO online
20	Congresso avalia reduzir poder de governadores sobre PM e polícia civil

# Índice

20	Celso de Mello critica projetos que aumentam autonomia de polícias: 'Retrocesso'
21	99 usa tecnologia de segurança e reduz ocorrências graves em 29% em 2020
22	Governo usa a tecnologia da informação no combate à corrupção
23	Delegacia Virtual mais acessível
24	Lançado plano para reduzir indicadores de violência e crimes no país
25	MJSP lança programa de Acreditação de Organismos de Certificação para produtos de segurança pública elaborado pelo Inmetro
26	MJSP lança Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas no País
26	Programa amplia a capacidade de cobertura diária contra o crime
26	Enfrentamento da violência contra a mulher
27	O Governo Federal criou uma página na internet que permite que o cidadão contribua com a construção de políticas públicas para o país.
28	Governo desburocratiza procedimentos sobre uso de armas.
29	Reconhecimento Facial alcança primeiro foragido em 2021.
30	Homens são conscientizados sobre machismo e violência
31	Polícia Civil da Bahia adquire ferramentas de inteligência
32	SJDHDS e MMFDH discutem execução dos programas de proteção na Bahia
33	Monitor da Violência: Bahia registra maior quantidade de mortes violentas pelo segundo ano seguido
35	Peça Processual
36	Expediente

# ENTREVISTA

---



# Entrevista



**Dr. João Paulo Schoucair**  
Promotor de Justiça do MP/BA

Entrevista realizada com o Promotor de Justiça, Dr. João Paulo Santos Schoucair, mestre em Segurança Pública, Justiça e Cidadania pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, na qual fala sobre a sua Dissertação de Mestrado intitulada “Lavagem de Dinheiro: Uma análise de seu enfrentamento pelo Ministério Público do Estado da Bahia”, com o objetivo de levar os leitores à reflexão e discussão sobre o tema.

## ***1. Quais as razões que o levaram a estudar e pesquisar o enfrentamento do crime de Lavagem de Dinheiro pelo Ministério Público da Bahia?***

A necessidade de aprofundar os estudos no braço financeiro do crime, no mestrado oferecido pelo Ministério Público baiano na UFBA, na máxima de que a persecução penal deve atacar outros aspectos do fenômeno criminal.

## ***2. Como poderia resumir a abordagem à temática “Lavagem de Capitais” pelo Ministério Público baiano? Ela difere do tratamento dado por outros Ministérios Públicos brasileiros ?***

Em regra, a questão financeira do crime, ficou esquecida, seguindo a persecução penal apenas para a busca do encarceramento dos atores criminosos. Nesse contexto, não obstante a Lei de Lavagem date de 1998, com importante reforma em 2012, os Ministérios Públicos, em regra, demoraram de utilizá-la de maneira mais intensa, não fugindo o MP baiano dessa toada.

## ***3. Quais as medidas que o senhor sugere para o enfrentamento mais eficaz no crime de lavagem de capitais por parte dos Ministérios Públicos do país?***

Investimento em capacitação e tecnologia para que se possa rastrear as divisas criminosas e conectá-las aos nossos investigados. Faz necessário que a persecução penal adentre, efetivamente, no Século XXI, com ampliação de suas fronteiras digitais, num cenário em que cada vez mais sofisticada são as práticas criminosas, com o esvaziamento da prova testemunhal.

#### **4. Qual a importância da Convenção de Palermo para o combate ao crime organizado?**

A Convenção de Palermo de 2000, junto com outras normativas internacionais, passou a abordar a temática da lavagem, reforçando a necessidade da tipificação do delito de lavagem, bem como criando mecanismos preventivos para seu enfrentamento. Teve-se, assim, mais uma normativa internacional, a reafirmar a necessidade do ataque ao braço financeiro do crime.

#### **5. Em que medida a criação do Conselho de Controle de Atividade Financeira - COAF foi importante para uma atuação mais eficiente no combate ao crime de lavagem de capitais pelos membros do Ministério Público Brasileiro?**

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF é órgão vital para prevenção e combate à lavagem de dinheiro, tendo sido sua criação em 1998 primeiro marco legal para disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas. Nesse ponto específico, destaque-se que, recentemente, o COAF teve seu trabalho sindicado pelo Supremo Tribunal Federal, onde restou assentada a importância da sua missão e confiabilidade do seu trabalho, não apenas no combate aos crimes de colarinho branco, mas também ao tráfico, terrorismo, dentre outros.

#### **6. O senhor evidencia na sua pesquisa a carência de planejamento estratégico criminal pelo Ministério Público do Estado da Bahia no combate ao crime de Lavagem de dinheiro, bem como aponta certa deficiência no fluxo de comunicação orgânico dos agentes de defesa social. De que maneira essas falhas estruturais repercutem na atuação dos membros e na trajetória da investigação?**

Sem comunicação, fluxo e estratégia de combate dificultado fica o combate ao crime de lavagem que se sofisticava a cada ano.

#### **7. O senhor afirma na sua dissertação que “há muito trabalho a ser feito, um vasto horizonte se aproxima e as metas para abraçá-lo somente serão atingidas com planejamento e mudança de cultura institucional”. O caminho para a mudança de cultura institucional e planejamento já começou a ser trilhado pelo Ministério Público do Estado da Bahia?**

A nossa pesquisa demonstrou, humildemente, um vazio no trato ministerial baiano em relação ao delito de lavagem de dinheiro, cujo reconhecimento pelos colegas entrevistados é o primeiro ponto para que um novo paradigma de trabalho possa ser implementado.

Por certo, o caminho para nossa mudança de cultura institucional e nosso planejamento já começaram a ser implementados pelo Ministério Público do Estado da Bahia, mas ainda temos muito a fazer.

Esse é nosso grande desafio, enquanto Promotor de Justiça Criminal, para qualificar o combate ao crime organizado, asfixiando a força motriz de sua sobrevivência.

Por fim, fica a certeza de que o trabalho no combate ao delito de lavagem já pode ser coletado nas mídias sociais, com oferecimento de denúncias, condenação em primeiro grau e confirmações em segundo grau, ao redor do estado, com respeito aos direitos individuais e garantias do investigados.

[Clique aqui para acessar a dissertação de Mestrado de Dr. João Schoucair: Lavagem de Dinheiro: Uma Análise do seu Enfrentamento pelo Ministério Público do Estado da Bahia, no período de 2014/2017, na Cidade de Salvador.](#)

[Para acessar o artigo do autor “A Lavagem de Dinheiro e sua leitura criminológica no Brasil”, clique aqui.](#)

*Dr. João Paulo Schoucair  
Salvador, 18 de fevereiro de 2021*

# Notícias do MP

---

MP/BA e CNMP



## Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia visita PGJ

Na tarde da quarta-feira (20/01), a procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti recebeu a visita do secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, Ricardo Mandarin, na sede do Ministério Público estadual, no Centro Administrativo da Bahia (CAB).

Na oportunidade assuntos institucionais foram discutidos visando a aproximação do relacionamento entre as duas instituições que possuem projetos relevantes no combate ao crime, no estado da Bahia. Outra questão muito discutida foi a necessidade da parceria com o MP para digitalização dos inquéritos oriundos da SSP e integração com o sistema eletrônico do Tribunal de Justiça.



Acompanhando o secretário, também esteve presente o sub-secretário, Hélio Jorge e a delegada- geral, Heloísa Brito, além dos seguintes membros do MP: o procurador- geral de Justiça Adjunto, Paulo Marcelo, a procuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Wanda Valbiraci, o procurador Achilles Siquara, o chefe de gabinete, Pedro Maia, o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Segurança Pública e Defesa Pessoal – CEOSP, Luís Vasconcelos, o coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), André Lavigne, o coordenador da Comissão de Gestão da informação (COGI), Fabrício Patury, o coordenador Grupo de Atuação Especial de Combate à Organização Criminosa e Investigações Criminais (Gaeco), João Paulo Schoucair e o coordenador da Segurança Institucional e Inteligência – CSI, Gilberto Amorim





## Conselheiros do CNMP conhecem resultados do MP baiano contra a sonegação fiscal e pela transparência nas contas públicas

Os resultados e um breve histórico de implantação dos projetos de 'Transparência nas Contas Públicas' e do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), desenvolvidos pelo Ministério Público estadual, foram apresentados na tarde do dia 28/01, aos conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). As apresentações foram realizadas, respectivamente, pelos promotores de Justiça Frank Ferrari, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa (Caopam); Luís Alberto Vasconcelos, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Segurança Pública e Defesa Social (Ceosp) e Hugo Casciano, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal (Gaesf). [...]



Os promotores de Justiça Luís Alberto e Hugo Casciano explicaram aos conselheiros como funciona o Cira, na sua perspectiva de trabalho conjunto do MP, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), das Secretarias Estaduais da Fazenda (Sefaz) e de Segurança Pública (SSP) e do Poder Judiciário, com realização de grandes operações para coibir a sonegação no estado. Segundo eles, entre 2013 e 2020, as forças tarefas realizadas geraram a recuperação direta de montante superior a R\$ 345 milhões. Os promotores apontaram que a constituição do Cira, criado em 2012 por iniciativa do MP, com sede própria, otimiza a apuração dos crimes, de alta complexidade e difícil resolução, por meio da realização de oitivas integradas, que têm resultado, além de ações judiciais, na negociação dos devedores para saldar a dívida junto ao fisco estadual. O promotor Luís Alberto pontuou que a sonegação fiscal no Brasil gera prejuízo sete vezes maior aos cofres público do que a corrupção, sendo um "campo fértil a ser explorado pelo MP no combate à criminalidade". [...]

[Adaptada. Veja na íntegra. Site MPBA](#)

# MP recomenda medidas urgentes para contenção de casos de Covid-19 na Cadeia Pública de Salvador

O Ministério Público estadual recomendou no dia 03/02, à Superintendência de Gestão Prisional da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (Seap) a adoção de “medidas urgentes” para prevenção e contenção de casos de Covid-19 nos estabelecimentos penais de Salvador. Segundo a recomendação, expedida pela promotora de Justiça Andreia Ariadna, informações obtidas pela Unidade de Monitoramento da Execução da Pena (Umep), do MP, apontam para aumento significativo de infecção de custodiados por Covid-19 na Cadeia Pública de Salvador e ausência de médico na Unidade Penal Extraordinária (UPE), localizadas no Complexo Penitenciário de Salvador, no bairro da Mata Escura.



Entre as medidas, que devem ser adotadas em prazo de 10 dias, estão a suspensão da entrada de presos oriundos do Centro de Observação Penal, portada de entrada para o sistema prisional, pelo período de quarentena mínimo estabelecido no Plano de Contingenciamento da Seap, ou a testagem prévia dos presos, encaminhando à Cadeia Pública somente aqueles não positivados e à UPE os positivados. A promotora recomendou também providências imediatas para sanar a ausência de médicos na Unidade e a testagem de todos os presos em condições de ganhar liberdade, encaminhando os positivados para os postos de saúde da rede pública que realizam atendimento de pacientes com Covid-19. Foi recomendada ainda a intensificação da busca de presos com sintomas gripais e a testagem em massa na Cadeia Pública para identificar contaminados e isolá-los na UPE, como instauração de inquérito sorológico na Cadeia para verificação de focos de infecção e levantamento dos visitantes que tiveram contato com os presos infectados. [...]

[Adaptada. Continue a leitura. Site MPBA](#)

## MPBA e PRF renovam acordo de cooperação técnica para combate a crimes na Bahia

O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) renovaram um acordo de cooperação técnica que tem o objetivo de combater a criminalidade no estado. Por meio do acordo, os órgãos se comprometem à implementação de atuações integradas de segurança pública.

Assim, os dois órgãos atuarão em conjunto na promoção, acompanhamento e execução de ações de prevenção e repressão a delitos, principalmente de crimes de roubo de carga, adulteração de veículo automotor, tráfico de drogas, de armas, munições e produtos controlados, entre outros.

Ao MPBA caberá prestar apoio técnico-operacional à PRF na execução de suas funções e nas ações de repressão, inclusive buscando o apoio necessário junto aos Ministérios Públicos de outras unidades da federação, quando for necessário, para apoio a repressão de delitos interestaduais.

O Ministério Público baiano fica responsável também por diligenciar junto ao Poder Judiciário, no sentido de obter mandados de busca, apreensões, prisões processuais, indisponibilidade de bens, quebra de sigilo para acesso a documentos, entre outras medidas.

Já a PRF prestará apoio técnico-operacional e de inteligência, com a utilização de materiais, equipamentos, métodos e sistemas tecnológicos aos órgãos do MPBA na execução de suas funções.

[Site MPBA](#)



## Programa Em Pauta aborda o desafio do Ministério Público na cadeia de custódia da prova



Palestra virtual foi transmitida na quinta-feira, 28 de janeiro, às 10 horas, pelo canal oficial do CNMP no YouTube

O Em Pauta da semana teve como tema “Cadeia de custódia: um novo desafio para o Ministério Público”. O programa, produzido pela Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público (UNCMP), foi transmitido na quinta-feira, 28 de janeiro, às 10 horas, pelo canal oficial do CNMP no YouTube. [...]

A cadeia de custódia, introduzida na legislação processual penal pela Lei Anticrime (Lei nº 13.964/2019), consiste no “conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte”. [...]

### Em Pauta

O programa Em Pauta é promovido com o objetivo de discutir temas jurídicos de grande relevância, com impactos na atuação de membros do MP em todo o país.

As palestras são realizadas virtualmente, sempre às quintas-feiras, às 10 horas, com duração de até 30 minutos. Cada edição conta com um convidado palestrante e um mediador, que conduz o evento de forma a priorizar as abordagens práticas do assunto escolhido.

[Saiba mais no site e no canal do YouTube do CNMP](#)

# Cadeia de Curaçá é interditada pela Justiça e presos são transferidos para Juazeiro



A Justiça acatou pedido do Ministério Público estadual, realizado em ação civil pública ajuizada pelo promotor de Justiça Márcio Henrique de Oliveira, e determinou a interdição da cadeia pública do Município de Curaçá. Em cumprimento da decisão, informou o promotor, o Estado realizou a transferência de todos os presos que estavam lotados na carceragem da Delegacia de Polícia para o Conjunto Penal de Juazeiro. A determinação foi proferida no último dia 7 de fevereiro.

A pedido do MP, o juiz Paulo Ney de Araújo proibiu que a cadeia de Curaçá receba qualquer preso ou adolescente apreendido, a não ser detenções de no máximo 24 horas para realização de transferência. O descumprimento dessa determinação gera multa de R\$ 10 mil por cada detento que permaneça na unidade carcerária de forma irregular.

Na decisão, o magistrado apontou que os documentos trazidos pelo MP, relatórios do Corpo de Bombeiros e laudos da vigilância sanitária e do Departamento de Polícia Técnica (DPT), indicaram riscos à segurança e saúde dos presos, inclusive quanto à proliferação de doenças infectocontagiosas no local. “É inegável e claro o descumprimento por parte do Estado da Bahia, pelo menos no tocante à Cadeia Pública de Curaçá, de seus deveres de implementar as condições básicas exigidas pela Lei de Execução Penal para a manutenção dos presos, que restam acautelados sem um mínimo de salubridade e de higiene”, afirmou. Segundo a ação do MP, com base nos relatórios, a cadeia sofria com superlotação desde pelo menos 2012, com estrutura física precária.

[Notícia adaptada extraída do Portal Institucional – MPBA.](#)

# Combate a roubos em ônibus e bancos é discutido em reunião entre MP e Secretaria de Segurança Pública



A procuradora-geral de Justiça Norma Cavalcanti se reuniu na tarde do dia 18 de fevereiro, com o secretário estadual de Segurança Pública Ricardo Mandarino para discutir e alinhar estratégias de atuação no combate à violência no estado. Na reunião, realizada na sede do Ministério Público no CAB, foram debatidas estratégias de redução de crimes violentos letais intencionais (CVLI) e das ocorrências de roubos em ônibus e bancos.

A chefe do MP e o secretário, e demais presentes na reunião, discutiram a possibilidade de estabelecer cooperações técnicas e parcerias interinstitucionais, voltadas especificamente para o aprimoramento do combate ao crime. Quanto aos roubos nos coletivos e bancos, abordou-se a possibilidade de realizar parcerias com as empresas bancárias e de ônibus.

Participaram também da reunião o chefe de gabinete da PGJ, promotor de Justiça Pedro Maia; o superintendente de Inteligência da SSP, Ivo Tourinho; e os coordenadores do Centro de Apoio Operacional da Segurança Pública (Ceosp), do Centro de Apoio Operacional Criminal (Caocrim), da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência (CSI) e do Grupo Especial de Atuação de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), respectivamente os promotores de Justiça Luís Alberto Vasconcelos, André Lavigne, Gilberto Amorim e João Paulo Schoucair.

[Notícia adaptada. Fonte: Portal Institucional – MP/BA.](#)



Foto: Humberto Filho / Cecom- Imprensa

# Notícias Externas

---

CNJ, STF, JORNAIS, CGU, MJSP, DEPEN e SSP/BA.



## Chatbot agiliza atendimentos sobre sistema carcerário no Maranhão



Uma forma rápida e prática de esclarecer dúvidas frequentes por meio da automação de tarefas repetitivas. Assim é o serviço Chatbot Telegram SISUMF, da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), lançado há pouco mais de um mês com o intuito de agilizar o atendimento das demandas encaminhadas pelos usuários da Justiça ao órgão.

A ferramenta é um software que estabelece uma conversa inicial entre o usuário e um programa de computador – no caso da UMF, por meio do aplicativo Telegram – fornecendo informações inerentes a muitas situações comuns a várias pessoas que buscam esclarecimentos da unidade. O chatbot possibilita a automatização do processo de atendimento feito pela Unidade de Monitoramento Carcerário e é uma ferramenta que já faz parte das operações de inteligência artificial de muitas empresas e instituições no mundo.

[Leia na Íntegra, clique aqui. Fonte: Site CNJ – Notícias.](#)

## Justiça baiana inicia segunda fase de implantação do PJe nas unidades criminais

O projeto de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) alcançou a segunda etapa nas unidades de 1º grau do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) com competência criminal. Agora, as unidades que atualmente utilizam o sistema SAJ serão contempladas. O cronograma de implantação foi divulgado na segunda-feira (18/1) por meio do Decreto Judiciário nº 27.



A segunda etapa envolve 104 unidades do TJBA em todo o estado, que foram divididas em cinco grupos, com previsão de conclusão até julho. Assim como na etapa 1, que foi voltada para as unidades que usavam o sistema SIAPRO, os magistrados e servidores serão treinados e capacitados para a utilização do sistema. O treinamento ocorre em duas fases: um módulo autoinstrucional, na modalidade à distância, e aulas ao vivo, por meio de vídeo, nas quais os participantes acompanham, com o auxílio de tutores, a simulação de desafios a serem enfrentados no dia-a-dia.

## CNJ consolida quatro pactuações do Fazendo Justiça nas regiões Norte e Nordeste

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) retomou a agenda de pactuações do Fazendo Justiça com os tribunais de Justiça de todo o país, dando sequência à iniciativa desenvolvida com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e apoio do Ministério da Justiça e da Segurança Pública para superação de desafios históricos no campo da privação de liberdade. Após missões a dez estados em 2020, as comitivas do CNJ foram ao Acre, Amapá, Pará e Piauí ao longo da última semana para oficializar a adesão das cortes às propostas da gestão do ministro Luiz Fux para o campo penal e socioeducativo. As missões seguem os protocolos sanitários locais contra o Sars-CoV-2.

Além da pactuação de planos adaptados à realidade de cada unidade da federação definidos em conjunto com os atores locais, as missões também inauguraram serviços para a qualificação do funcionamento das audiências de custódia – os Serviços de Atendimento à Pessoa Custodiada (Apecs) -, e de apoio às pessoas egressas do sistema prisional com foco em cidadania e oportunidades, os Escritórios Sociais. Atualmente, já há Apecs em 13 estados e Escritórios Sociais em funcionamento em oito unidades da federação, além de diversas unidades já pactuadas e aguardando início de atividades. [...]

[Veja mais clicando aqui. Site CNJ - Notícias.](#)



## Sistemas prisional e socioeducativo já acumulam mais de 65,4 mil casos de Covid-19

“Estabelecimentos do sistema prisional e unidades socioeducativas já contabilizam mais de 65,4 mil ocorrências de Covid-19, de acordo com acompanhamento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Somente em janeiro, foram registrados 4.029 novos casos.

Entre pessoas presas, são 45.032 os registros da doença e entre servidores dessas unidades o total é de 14.191 casos, com 236 óbitos. No socioeducativo, 1.432 adolescentes em privação de liberdade já foram contaminados, além de 4.810 servidores – categoria que registrou 31 óbitos.

O monitoramento de contaminações por Covid-19 no sistema prisional e no socioeducativo é atualizado quinzenalmente às quartas-feiras pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do (DMF/CNJ), a partir de dados disponibilizados pelas autoridades locais. O acompanhamento conta com o apoio do programa Fazendo Justiça, parceria do CNJ com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública para a superação de desafios estruturais nos sistemas de privação de liberdade.

[Leia mais. Fonte: Site CNJ – Notícias.](#)



# Comitê avança para estruturação da política de Justiça Restaurativa

Cinco anos depois da edição do marco normativo do Judiciário que instituiu a Justiça Restaurativa no país, o Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem implementando um conjunto de diretrizes e ações para expandir e consolidar a Política Nacional de Justiça Restaurativa, em parceria com todos os tribunais e com a sociedade. As ações partem do Planejamento da Política Nacional de Justiça Restaurativa, aprovado pelo Plenário do CNJ em dezembro de 2019.

Em 2020, o Comitê Gestor desenvolveu ações para garantir suporte aos tribunais na elaboração de seus programas de Justiça Restaurativa, como determinado pelo artigo 28-A, da Resolução CNJ nº 225/2016. Uma delas foi o Curso “Fundamentos para a Implantação da Justiça Restaurativa nos Tribunais”, realizado em setembro e outubro do ano passado, em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

A capacitação contou com equipes de representantes de todos os 32 tribunais (de Justiça e Federais) do país, com o objetivo de ministrar a ideia essencial da Justiça Restaurativa e construir competências necessárias à estruturação de uma política de Justiça Restaurativa profunda em cada tribunal. “Trata-se de uma política que conecta o Poder Judiciário à sociedade e se faz como instrumento de transformação social, rumo a uma sociedade mais justa e humana”, afirma o coordenador do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do CNJ, conselheiro Luiz Fernando Keppen.

O Comitê também lançou o manual “Justiça Restaurativa: 10 passos para implantação”, com diretrizes mínimas de implantação de programas e projetos de Justiça Restaurativa, além de ter iniciado a construção das diretrizes de avaliação dos programas e projetos de Justiça Restaurativa. Outro tema trabalhado é o Plano Pedagógico Mínimo e Orientador para as Formações, que trará balizamentos para a garantia da qualidade das formações e capacitações em Justiça Restaurativa, com respeito aos diversos métodos de práticas restaurativas e conexão com a concepção ampla da Justiça Restaurativa em todas as suas dimensões.

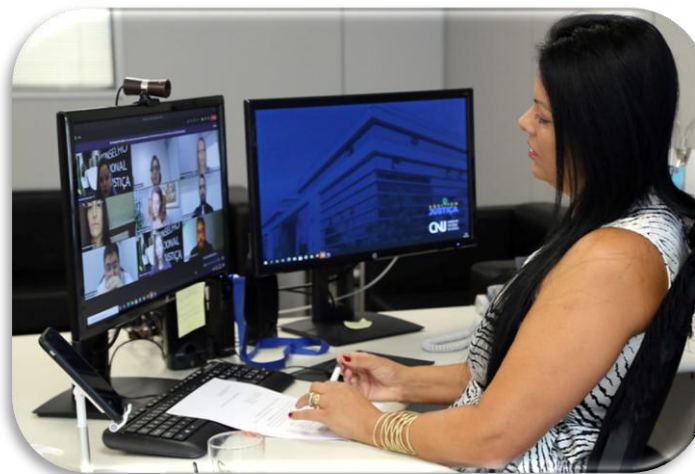


Em 2021, os tribunais de todo o país contarão com o suporte de membros do Comitê na implantação e na execução de seus programas de Justiça Restaurativa, de forma a conectar os programas e projetos a uma rede de coordenação nacional, bem como com cursos de aprofundamento voltados aos princípios, à gestão e às metodologias da Justiça Restaurativa. “Todas essas ações, como se evidencia, são fundamentais para o bom desenvolvimento da Justiça Restaurativa no Brasil, que se volta à disseminação de um verdadeiro instrumento de transformação social, ao aproximar o Poder Judiciário da sociedade, como previsto na Resolução CNJ nº 225/2016”, enfatiza Keppen.

# CNJ acompanha criação de comitês regionais contra assédio e discriminação

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) coordenou na quarta-feira (10/2) a primeira reunião do Comitê de Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário. Foram avaliadas as primeiras respostas recebidas sobre a criação de comitês estaduais para abordar a temática nos tribunais e conselhos de Justiça, que irão viabilizar a coleta de dados nacionais sobre casos e ações de prevenção.

Em janeiro, o gabinete da conselheira Tânia Regina Silva Reckziegel, coordenadora do Comitê, encaminhou pedido de informação sobre a criação de comissões estaduais. Os tribunais têm até a quarta-feira (17/2) para responderem. Até o momento, 64 informaram sobre procedimentos para a formação das comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual nos moldes da [Resolução CNJ nº 351/2020](#).



Conselheira do CNJ Tânia Reckziegel conduziu reunião do Comitê de Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário.

Foto: G.Dettmar/CNJ

A coordenadora destacou a necessidade da criação dos Comitês Estaduais para atuações regionais e descentralizadas para a coleta de dados nacionais. “Depois de criados os comitês estaduais nos moldes determinados, iniciaremos o levantamento dos casos relatados de assédio na Justiça, por regiões. Isso possibilitará atuação mais concentrada nos locais de maior ocorrência.”

O Comitê foi criado pela [Portaria nº 299/2020 do CNJ](#) para monitorar, avaliar e fiscalizar a adoção da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Discriminação no Judiciário. Ele conta com representantes de todos os segmentos de Justiça – estadual federal, do trabalho, eleitoral e militar – e setores do Judiciário, como juízes, servidores, funcionários terceirizados e estagiários. No CNJ, o conselheiro Marcos Vinícius Jardim Rodrigues irá substituir a conselheira Tânia em suas ausências. A juíza auxiliar da presidência do CNJ Ana Lúcia Aguiar também faz parte do Comitê.

Na reunião, foram analisadas as respostas conferidas pelos órgãos do Judiciário sobre os andamentos internos para adequação das cortes às medidas determinadas pela Resolução CNJ nº 351/2020. Segundo a conselheira Tânia, alguns tribunais apresentam dificuldades para criarem suas comissões. “Existem diferenças de realidade entre os tribunais. Especialmente na composição dos órgãos e quantitativo de comarcas em cada região.”

[Notícia adaptada. Fonte: Site CNJ - Notícias.](#)

# Consulta pública institucional subsidiará CNJ na regulamentação da transferência de presos

Foto: Luiz Silveira/CNJ

A partir da próxima quarta-feira (24/2), o CNJ realiza [consulta pública](#) para ouvir os órgãos públicos envolvidos com a transferência de presos entre unidades prisionais do mesmo estado, assim como aquelas realizadas entre diferentes estados, visando a regulamentação da atuação do Judiciário nessa matéria. O CNJ espera contar especialmente com as contribuições sobre as experiências das Corregedorias-Gerais da Justiça dos estados e de outros órgãos, como Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária e entidades da sociedade civil que atuem na área.

As informações sobre práticas, procedimentos e sugestões serão recebidas até o dia 5 de março. A consulta pública terá dois formulários: um [para a transferência entre estabelecimentos prisionais situados em um mesmo estado](#) e outro [para as transferências interestaduais](#), prática conhecida no meio penal como recambiamento. A ideia é coletar informações sobre os fluxos e procedimentos adotados. Ficam de fora dessa consulta pública as transferências de presos para penitenciárias federais.

A atribuição de regular o deslocamento da população carcerária foi prevista na [Resolução CNJ n. 350/2020](#), que normatizou a cooperação judiciária de forma ampla.

[Fonte: Site CNJ - Notícias.](#)





Imagem: Alex Schmidt/iStock

## Projeto de lei prevê criação de aplicativo para registro de BO online

O Projeto de Lei 5318/20 determina que o governo federal crie um aplicativo de internet destinada ao envio de demandas a órgãos de segurança pública em caso de emergência, como por exemplo o registro de BO (Boletim de Ocorrência).

A aplicação deverá possibilitar o acesso tanto por páginas na internet quanto por meio de aplicativos para smartphones e deverá estar disponível na plataforma do governo destinada ao compartilhamento de softwares públicos livres.

[Saiba mais. Fonte: UOL - Notícias.](#)

## Congresso avalia reduzir poder de governadores sobre PM e polícia civil

O Congresso se prepara para votar dois projetos de lei orgânica das polícias civil e militar que restringem o poder de governadores sobre braços armados dos estados e do Distrito Federal, destaca o Estadão. As propostas trazem mudanças na estrutura das polícias, como a criação, na PM, da patente de general, hoje exclusiva das Forças Armadas, e a constituição de um Conselho Nacional de Polícia Civil ligado à União.

[...]

Os projetos limitam o controle político dos governadores sobre as polícias ao prever mandato de dois anos para os comandantes-gerais e delegados-gerais, e impor condições para que eles sejam exonerados antes do prazo. No caso da Polícia Militar, a sugestão é para que a nomeação do comandante saia de uma lista tríplice indicada pelos oficiais.

[Continue lendo. Fonte: UOL - Notícias.](#)



Imagem: Getty Images/iStockphoto



Imagem: Reprodução

## Celso de Mello critica projetos que aumentam autonomia de polícias: 'Retrocesso'

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello disse ontem que os projetos de lei que tiram poder de governadores sobre polícias são um "retrocesso inaceitável".

[...]

"A padronização nacional dos organismos policiais estaduais, com expressiva redução do poder e competência dos Estados-membros, se implementada, traduzirá um ato de inaceitável transgressão ao princípio federativo", disse Celso de Mello à reportagem.

[Veja mais. Fonte: Site UOL - Notícias.](#)

# 99 usa tecnologia de segurança e reduz ocorrências graves em 29% em 2020

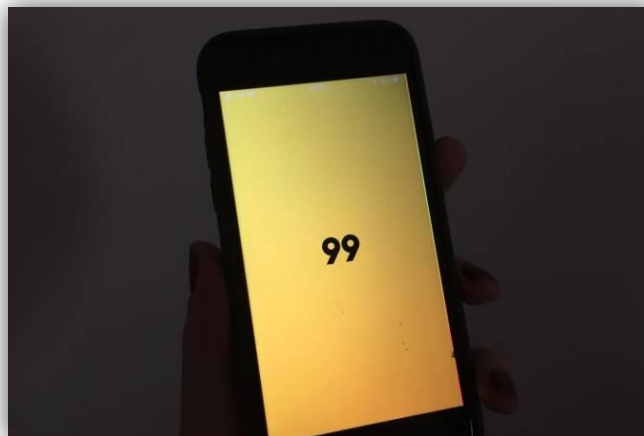
Por Lucas Agrela

O aplicativo de transporte urbano utilizou recursos de monitoramento e inteligência artificial para diminuir ocorrências

Entre as novas ferramentas de segurança da 99 estão a possibilidade de conferir informações do motorista antes da chamada no aplicativo para celular e a ativação de gravações de áudio ou monitoramento de trajetos (que identifica paradas longas ou caminhos mais longos do que o necessário). Os dados das corridas são analisados com o auxílio de algoritmos de inteligência artificial e revisão humana.

No caso de filmagem de corridas, as câmeras, conectadas com 4G, funcionam tirando fotos a cada 4 minutos e podem iniciar uma gravação transmitida em tempo real para uma central de segurança caso o motorista acione um botão de pânico no aplicativo. Na outra ponta, o passageiro recebe uma notificação, no começo da corrida, informando que o veículo possui câmera de segurança.

Usando tecnologia para aumentar a segurança em corridas, tanto para motoristas quanto para passageiros, a 99 reduziu em 29% as ocorrências consideradas graves por milhão de viagens no ano de 2020.



Principal rival da americana Uber, a 99 afirma ter investido 35 milhões de reais em recursos de segurança em corridas apenas no ano de 2020.

Os principais motivos apontados para a queda de ocorrências graves no período que compreende janeiro a dezembro do ano passado são o uso de tecnologias de inteligência artificial, câmeras de segurança, ferramentas de proteção e melhoria no serviço de atendimento ao cliente.

Os estados com maiores quedas de ocorrências graves foram os seguintes:

Ceará: -60,79%;  
Pará: -55,22%;  
Paraná: -45,75%;

O estado de São Paulo fechou o ano de 2020 com queda de 13,85% e o Rio de Janeiro, com 37,62%.

“A segurança é uma prioridade para a 99 e, mesmo neste período desafiador, aumentamos o investimento em proteção. Em 2021, vamos aprimorar a inteligência artificial e expandir ainda mais nossas tecnologias exclusivas”, diz, em nota à EXAME, Thiago Hipólito, diretor de segurança da 99.

Segundo dados da própria empresa, o aplicativo de transporte individual urbano é utilizado por mais de 750 mil motoristas parceiros e 20 milhões de passageiros em mais de 1.600 cidades brasileiras.

# Governo usa a tecnologia da informação no combate à corrupção

A participação da sociedade também é importante para evitar o desvio de recursos

A Controladoria Geral da União (CGU), órgão de controle interno do Governo Federal, responsável por promover atividades relacionadas à defesa do patrimônio público, tem trabalhado com Tecnologia da Informação para atuar frente ao combate à corrupção.  
[...]

O ministro citou a tecnologia Alice, que faz a verificação, por exemplo, de pelo menos 200 editais de licitação que são inseridos diariamente no Comprasnet, sistema de compras do Governo. “O Alice faz uma verificação, tentando identificar palavras-chaves ou alguns tipos de problema naquela licitação. Identificado o problema, aí sim esse processo vai para análise de um auditor.”  
[...]

## Covid-19

E com a crise sanitária e econômica decorrente da Covid-19, em 2020, o papel da CGU no combate à corrupção e desvio de verbas públicas foi intensificado com o volume de recursos federais destinados ao enfrentamento do coronavírus. O Governo Federal teve um gasto extra de cerca de R\$ 700 bilhões em ações para enfrentar a doença. Esse valor equivale a quase 10% do PIB brasileiro, o Produto Interno Bruto.  
[...]

## Participação da sociedade

Segundo o ministro, combater a corrupção é um fenômeno complexo em todo o mundo, e requer a participação da sociedade. “A corrupção ocorre de diversas maneiras. Ela envolve diversos atores e sempre numa zona obscura. Existem várias técnicas de combater a corrupção. Uma das técnicas é a participação da sociedade”, ressaltou.

## Portal da Transparência

[...]

O Portal da Transparência é mantido pela Controladoria-Geral da União desde 2004. É um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil. Desde a criação, a ferramenta ganhou novos recursos, aumentou a oferta de dados ano após ano e se consolidou como importante instrumento de controle social.

Acesse o [Portal da Transparência](#).

[Acesse a matéria na íntegra. Fonte: Site CGU - Notícias.](#)

# Delegacia Virtual mais acessível

Voluntário deficiente visual analisou pontos como navegação, conteúdo e formulários, a fim de aperfeiçoar plataforma

**Brasília, 05/01/2021** - Para tornar a plataforma Delegacia Virtual do Ministério da Justiça e Segurança Pública mais acessível para pessoas com deficiência, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP) realizou testes com um voluntário deficiente visual para analisar os pontos que precisam ser ajustados, como navegação, conteúdo e formulários, a fim de aperfeiçoar o quesito acessibilidade na plataforma.



Foto: Isaac Amorim (Ascom/MJSP)

Nilmar Machado, servidor aposentado do Governo do Distrito Federal, foi convidado pelo MJSP para a realização do teste de acessibilidade. Machado, que é deficiente visual, ajudou a identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no acesso a serviços, como o preenchimento de ocorrências. De acordo com o voluntário, o convite para participar da análise de acessibilidade da Delegacia Virtual representa uma oportunidade para ajudar os cidadãos com deficiência no acesso aos serviços públicos, “que é um direito a todos os brasileiros”. “[...]. E acho de fundamental importância que o governo, como um todo, se envolva nessa questão da acessibilidade” disse o servidor. [Continue lendo](#)

# Lançado plano para reduzir indicadores de violência e crimes no país

Iniciativa contará com a atuação conjunta, integrada e coordenada entre as polícias da União e dos estados

Foi lançado, na terça-feira, 19 de janeiro, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o Plano de Forças-Tarefas SUSP de Combate ao Crime Organizado, que é mais uma ação do Governo Federal para reduzir os indicadores de violência e crimes no país, como homicídios, latrocínios, tráfico de drogas e roubos a bancos, cargas e veículos. A iniciativa contará com a atuação conjunta, integrada e coordenada entre as polícias da União e dos estados.

“O presente plano pode ser sintetizado como um sistema formado em rede. Uma rede integrada de cooperação e mútua assistência. E essa rede é baseada em princípios, o princípio da atuação pro ativa de todos nós, a atuação cooperativa, a atuação especializada e profissional e a atuação responsável no sentido de que todos nós devemos atuar com prudência, com energia, com estratégia e com vigor”, afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça.

Para reduzir as taxas de crimes violentos no país, o plano prevê ações de inteligência, análise, monitoramento e investigação de organizações criminosas. “Hoje, nós lançamos o primeiro plano nacional de enfrentamento sistêmico ao crime organizado da história de nosso país”, acrescentou o ministro.



## Adesão ao plano

Numa primeira fase, serão convidados a aderirem, voluntariamente, ao plano os seis estados que apresentaram os maiores acréscimos em números absolutos de homicídios entre janeiro e setembro de 2020, comparado com o mesmo período de 2019. São eles: Ceará, Paraná, Pernambuco, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Norte.

[...]

## Atuação

O Plano de Forças-Tarefas SUSP de Combate ao Crime Organizado buscará o isolamento de líderes de organizações criminosas no sistema prisional; a prevenção e a repressão da criminalidade violenta praticada por esses grupos; e a descapitalização das facções, com foco no bloqueio de bens e valores, além da venda antecipada desses bens.

A Polícia Federal é que coordenará as respectivas forças-tarefas. Além dela, participarão a Polícia Rodoviária Federal e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen). No âmbito dos estados e do Distrito Federal, as secretarias de Segurança Pública e de Administração Penitenciária (SAP) atuarão em conjunto com a Secretaria de Operações Integradas, do ministério, na definição das estratégias e deverão fazer a interlocução com os respectivos governos de forma a empregar as demais forças que exercem fiscalização e prestação de serviços públicos, como Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal e órgão de Perícia Oficial do estado ou do Distrito Federal.

## Medidas adotadas

[...]

“O desafio era imenso. Desde o início, adotamos medidas de cunho emergencial. Aumentou o número de operações, tanto na Polícia Federal como na Polícia Rodoviária Federal. Aumentamos o número de efetivos de homens em cooperação com os estados em operações conjuntas. Aumentamos, significativamente, o número de apreensões de drogas em todo o Brasil”, ressaltou o ministro.

Ele lembrou ainda que o Governo Federal adquiriu novos equipamentos, como armas e viaturas, e novos sistemas de informação para equipar as polícias.

[Notícia adaptada. Continue a leitura. Fonte: Site MJSP - Notícias.](#)



# MJSP lança programa de Acreditação de Organismos de Certificação para produtos de segurança pública elaborado pelo Inmetro

Instituto será o órgão responsável pela acreditação de empresas e laboratórios interessados em atuar na certificação de pistolas

Brasília, 27/01/2021 - A partir da quarta-feira (27/1), interessados em realizar a certificação de pistolas para uso das forças de segurança devem entrar com o pedido no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), órgão federal responsável pela acreditação dos Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC).



O programa surgiu a partir da necessidade de o governo brasileiro estabelecer padrões mínimos de qualidade dos produtos e equipamentos de segurança pública no País, conforme estabelece a Portaria nº 104 de 13 de março de 2020, do Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP), a qual dispõe sobre o Programa Nacional de Normalização e Certificação de Produtos de Segurança Pública (Pró-Segurança). Os organismos acreditados serão responsáveis por avaliar os produtos e emitir os certificados de conformidade.

Nesse primeiro momento, o Inmetro está oferecendo o serviço de acreditação para organismos interessados em atuar na certificação das pistolas calibre 9x19 mm e .40 S&W, usadas pelas forças municipais, estaduais e federais de segurança pública. Os critérios para o programa foram estabelecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) com base nos requisitos estabelecidos na Norma Técnica 001/2020. Após obter a acreditação do Inmetro, os OACs deverão requerer a designação pela Senasp, como forma de pactuar as obrigações e responsabilidades.

[...]

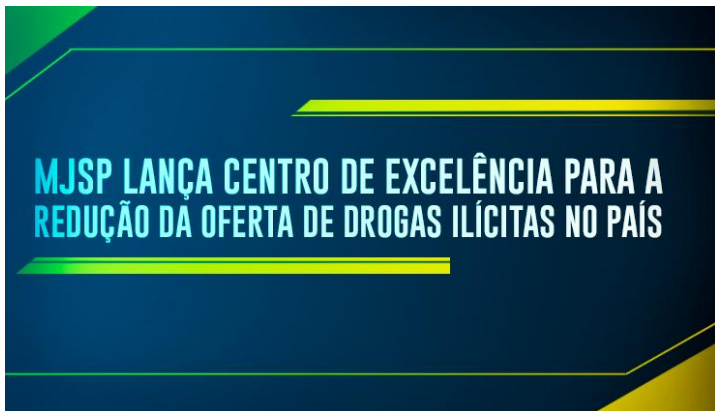
“O trabalho conjunto com outros órgãos é o reconhecimento da competência e da qualidade dos serviços prestados pelo Inmetro. É o Instituto diversificando seu escopo de atuação para atender as necessidades da sociedade como um todo”, assinala Aldoney Costa, coordenador-geral de Acreditação do Inmetro.

## Acordo de Cooperação Técnica

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP) vem trabalhando em projetos estratégicos voltados para o setor. Nesse sentido, em 27 de dezembro de 2019, a secretaria estabeleceu um Acordo de Cooperação Técnica com o Inmetro, cujo plano de trabalho contempla diversas atividades com o órgão federal. Estão previstos o lançamento de programas de acreditação para organismos de certificação e de laboratórios de ensaio para pistolas, dispositivos elétricos incapacitantes, viaturas para aplicação em circuitos urbanos, rurais e fora de estrada, com e sem blindagem, colete balístico, fuzis, carabinas e radiocomunicação.

Em 2020, o MJSP publicou duas Normas Técnica (NT-Senasp), referentes a Pistolas Calibre 9x19 mm e .40 S&W para utilização policial e a Armas de Incapacitação Neuromuscular (AINM). A aplicação dos ensaios previstos nas normas depende da existência de organismos de avaliação da conformidade (OACs) e laboratórios com competência técnica formal reconhecida, isto é, acreditados, de forma a garantir a máxima confiança na avaliação dos equipamentos de segurança pública normatizados.

[Notícia adaptada. Clique aqui para acessá-la na íntegra. Fonte: Site MJSP - Notícias.](#)



## MJSP lança Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas no País

Projeto-piloto contribuirá com pesquisas para subsidiar políticas públicas e ações estratégicas de combate ao tráfico de drogas no Brasil

**Brasília, 26/01/2021** - A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou, na terça-feira (26/01), o projeto-piloto do Centro de Excelência para a Redução da Oferta de Drogas Ilícitas (CdE). A estrutura permitirá a elaboração de pesquisas, mapeamento, relatórios e o compartilhamento de evidências científicas sobre os mercados de ilícitos de drogas no País.

[Notícia adaptada. Continue lendo.](#)  
[Fonte: Site MJSP - Notícias.](#)

## Programa amplia a capacidade de cobertura diária contra o crime

Ferramenta fornece imagens em alta precisão de todo o território nacional que auxiliam na identificação de delitos

O Ministério da Justiça e Segurança Pública conta com cerca de 1.450 usuários cadastrados para utilizar o sistema de monitoramento do Programa Brasil M.A.I.S (Meio Ambiente Integrado e Seguro), que apoia o combate aos crimes ambientais e ao crime organizado.

Lançado em 2020, o recurso amplia a capacidade de cobertura diária com imagens em alta precisão de todo o território nacional que auxiliam na identificação de crimes como tráfico de entorpecentes e crimes ambientais como fraudes em manejo florestal, desmatamento, mineração irregular e queimadas.

[Continue lendo. Fonte: Site MJSP - Notícias.](#)



O recurso auxilia na identificação, por exemplo, de crimes ambientais . Foto: Arquivo/Agência Brasil



## Enfrentamento da violência contra a mulher

Ministério da Justiça e Segurança Pública apoia pesquisa que avalia intervenção com homens perpetradores. Projeto-piloto acontece no Distrito Federal

**Brasília, 04/02/2021** - O Ministério da Justiça e Segurança Pública assinou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para dar apoio ao desenvolvimento do projeto de pesquisa “Enfrentando a Violência perpetrada por Parceiro íntimo (VPP): Avaliando Intervenções com Homens Perpetradores versus Mulheres Vítimas”. O projeto-piloto acontecerá na Polícia Civil do Distrito Federal e terá início ainda este mês.

A pesquisa tem como objetivo desenhar, desenvolver, implementar e avaliar os impactos, em variáveis socioeconômicas e criminológicas, de intervenções com parceiros. O resultado irá ajudar no aperfeiçoamento do atendimento, pelo Poder Público, de mulheres vítimas de violência.

[Continue lendo. Fonte: Site MJSP - Notícias.](#)

# O Governo Federal criou uma página na internet que permite que o cidadão contribua com a construção de políticas públicas para o país.

A Secretaria de Governo que integra a Presidência da República, tem a competência institucional de implementar instrumentos de consulta pública e de participação popular nas políticas públicas do Governo Federal (Decreto nº 10.591/2020).

O conceito de Participação Social é amplo e são necessários diversos meios para facilitar o diálogo direto entre o governo e o cidadão no processo de elaboração de políticas públicas.

Portanto, o Governo Federal desenvolveu o portal Participa + Brasil com o intuito de promover e qualificar o processo de participação social, potencializar a transparência no processo de tomada de decisões dos órgãos e fortalecer a cidadania.

Acesse: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/>

O que é o Participa + Brasil?

O Participa + Brasil é uma plataforma digital criada com o propósito de promover e qualificar o processo de participação social, a partir da disponibilização de módulos para divulgação de consultas e audiências públicas, pesquisas e na promoção de boas práticas.

Para mais esclarecimentos, entre em contato conosco:

E-mail: [participacaosocial@presidencia.gov.br](mailto:participacaosocial@presidencia.gov.br)

[Clique aqui para acessar a notícia. Fonte: Site Presidência da República](#)

# Governo desburocratiza procedimentos sobre uso de armas

Medida aumenta a clareza sobre a regulamentação, reduz a discricionariedade de autoridades e dá garantia de contraditório e ampla defesa

O Governo Federal publicou, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), um pacote de alterações dos Decretos nº 9.845, 9.846, 9.847 e 10.030, de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, também conhecida como Estatuto do Desarmamento.

Tomando como premissa a necessidade de observar os limites estabelecidos pela Lei nº 10.826, de 2003, os decretos propõem uma série de medidas destinadas a desburocratizar procedimentos; aumentar a clareza das normas que regem a posse e porte de armas de fogo e a atividade dos colecionadores, atiradores e caçadores (CACs); reduzir a discricionariedade de autoridades públicas na concessão de posse e porte de armas; ampliar as garantias de contraditório e ampla defesa dos administrados; e adequar o número de armas, munições e recargas ao quantitativo necessário ao exercício dos direitos individuais e ao cumprimento da missão institucional das categorias autorizadas a terem posse e porte de armas pela lei.

O pacote de alterações visam a materializar o direito que as pessoas autorizadas pela lei têm à aquisição e ao porte de armas de fogo e ao exercício da atividade de colecionador, atirador e caçador, nos espaços e limites permitidos pela lei.

## Decreto nº 9.845

A proposta de alteração do Decreto nº 9.845, de 2019, basicamente permite que as pessoas autorizadas pela Lei nº 10.826/2003 possam adquirir até seis armas de uso permitido, podendo as carreiras que dependem da posse e do porte de armas para o exercício das funções, como Forças Armadas, polícias e membros da Magistratura e do Ministério Público (MP), adquirirem mais duas armas de uso restrito.

## Decreto nº 9.846

As principais inovações ao Decreto nº 9.846, de 2019, que regulamenta o registro, o cadastro e a aquisição de armas de fogo por parte dos colecionadores, atiradores e caçadores (CACs) são:

Esclarecimento das condições exigidas para a aquisição de arma de fogo por um CAC (25 anos, capacidade técnica e aptidão psicológica atestada por psicólogo com registro no Conselho Federal de Psicologia);

Desburocratização de procedimentos, por exemplo, agora sendo possível num mesmo processo administrativo obter Certificado de Registro, o Certificado de Registro de Arma de Fogo e a Guia de Tráfego, economizando tempo dos desportistas e recursos públicos.

[Continue lendo. Fonte: Governo do Brasil - Legislação - Notícias.](#)

# Reconhecimento Facial alcança primeiro foragido em 2021



O sistema de Reconhecimento Facial da Secretaria da Segurança Pública alcançou o primeiro foragido, em 2021. Suspeito de roubos foi flagrado, no início da noite de quinta-feira, 7 de janeiro, na capital baiana.

O indivíduo passou por um ponto monitorado e o sistema indicou 97% de semelhança com um foragido da Justiça, que consta no banco de dados da SSP. O homem foi abordado por uma guarnição da PM e confirmou ser o procurado.

Mesmo com a apresentação de documentos, o suspeito foi conduzido até a Central de Flagrantes onde foi realizada a identificação humana e cumprida a ordem judicial da 12ª Vara Criminal de Salvador. Após depoimentos e exames, o homem foi encaminhado para o sistema prisional.

"Com esse caso, chegamos a marca e 201 foragidos capturados. Trabalhamos com muita agilidade para guiarmos as equipes que estão nas ruas até os suspeitos apontados pela ferramenta tecnológica", enfatizou o coordenador de Operações do Reconhecimento Facial, tenente-coronel Neildo Freitas.

# Homens são conscientizados sobre machismo e violência



Foto: Divulgação SSP

Com o objetivo de sensibilizar e conscientizar homens sobre a violência doméstica, a Operação Ronda Maria da Penha de Jequié se reuniu, na manhã da quinta-feira (28/01), com o grupo de Serviço de Libertação e Recuperação de Viciados em Drogas. A ação faz parte do novo projeto chamado 'Ronda Para Homens'.

“A proposta é um ‘papo de homem para homem’ no qual são discutidos diferentes tipos de violência contra a mulher, promovendo interação entre policiais e comunidade, potencializando a possibilidade de mudança cultural no combate ao machismo e a masculinidade tóxica, grandes responsáveis pela formação de homens agressores”, explicou a comandante do Ronda Maria da Penha, tenente Patrícia de Oliveira Batista.

Ainda segundo a oficial, o projeto seguirá atendendo outros grupos e órgãos públicos. “Queremos montar rodas de conversa com a comunidade. Precisamos ampliar esse debate”, enfatizou a comandante da Ronda Maria da Penha.

[Notícia adaptada. Clique aqui para acessá-la. Fonte: Ascom - Site SSP - Notícias.](#)

## Polícia Civil da Bahia adquire ferramentas de inteligência

A Polícia Civil da Bahia recebeu, na sexta-feira, 5 de fevereiro, 18 equipamentos tecnológicos de inteligência adquiridos por meio do Fundo Estadual de Segurança Pública (Fesp). Os dispositivos serão colocados em operação pelo Departamento de Inteligência Policial (DIP).

A aquisição é resultado do trabalho do Escritório de Projetos e Processos (EPP), que – entre outras funções – é responsável pela captação e execução de recursos externos. Trata-se da segunda compra do tipo que chega à Polícia Civil este ano: em janeiro, a instituição recebeu dois extratores de dados avaliados em quase R\$ 1 milhão, por meio do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP/FDD).

O diretor do DIP, delegado Edenir Cerqueira, explicou que a chegada dos 18 equipamentos ressalta a busca da Polícia Civil por processos de investigação e inteligência cada vez mais especializados e modernos.

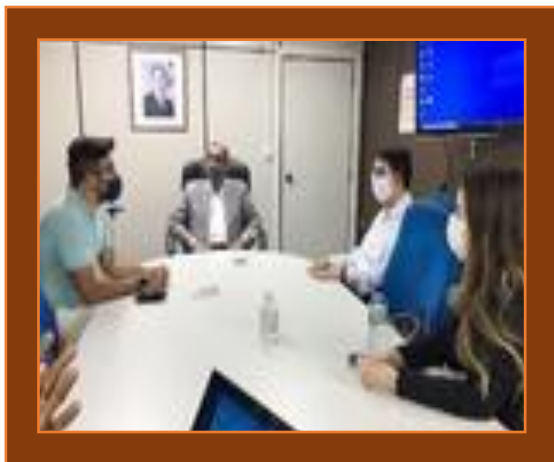
"No mundo globalizado, caracterizado, sobretudo, pelo avanço tecnológico, a criminalidade guarda pouca referência de tempos românticos. Hoje, os voltados à delinquência cada vez mais fazem uso da tecnologia para a consumação de ilícitos criminais. Por isso, a Polícia Civil, baseada no seu planejamento estratégico, vem buscando adquirir as melhores ferramentas e equipamentos tecnológicos visando a fazer frente à criminalidade complexa e ao crime organizado, com ênfase especial no dataveillance, que permitem a mineração e o processamento de dados sensíveis para auxiliar investigações criminais mais eficazes", declarou.

Entre os anos de 2019 e 2020, o EPP captou R\$ 46,4 milhões, dentre os quais mais de R\$ 18 milhões já estão em execução.

[Notícia adaptada. Clique aqui para acessar. Fonte: Ascom | Polícia Civil - Site SSP - Notícias.](#)



## SJDHDS e MMFDH discutem execução dos programas de proteção na Bahia



Representantes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) estiveram na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS) para discutir a execução dos programas de proteção.

O secretário da SJDHDS, Carlos Martins, recebeu o coordenador-geral de Proteção à Testemunha e aos Defensores de Direitos Humanos, Douglas Sampaio, e a coordenadora de Política de Proteção do ministério, Zuleica Garcia. O superintendente de Direitos Humanos da SJDHDS, Jones Carvalho, e o coordenador dos Programas de Proteção na secretaria, Daniel Marques, também participaram do encontro.

A reunião foi marcada para discutir o planejamento e a execução dos programas de proteção PPDDH (Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos) e Provita (Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas).

Na Bahia, os programas serão geridos por meio de um convênio entre o MMFDH, a SJDHDS e a organização Proteger. [...]

Atualmente, a Bahia tem dezenas pessoas protegidas pelos programas. São lideranças indígenas, defensores e direitos humanos entre outras pessoas que precisam do serviço de proteção por estarem com suas vidas ameaçadas.

[Leia na Íntegra. Fonte: Site SJDHDS - Notícias.](#)



# Monitor da Violência: Bahia registra maior quantidade de mortes violentas pelo segundo ano seguido

Com relação ao índice de mortes por 100 mil habitantes, Bahia ocupa quinto lugar no país, atrás do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

A Bahia foi o estado brasileiro que registrou a maior quantidade de mortes violentas em 2020, segundo dados divulgados na sexta-feira (12/02). É o que mostra o índice nacional de homicídios criado pelo G1, com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal.

Em números absolutos, ao todo, o estado baiano registrou 5.276 mortes violentas (homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte) em 2020. Destas, 5.107 foram enquadrados como homicídio doloso, 104 como latrocínio e 65 como lesão corporal seguida de morte. [...]

Com relação à taxa por 100 mil habitantes, a Bahia ocupa a quinta colocação no país, com índice de 35,4. à frente da Bahia estão Ceará (44,2), Pernambuco (39,3), Rio Grande do Norte (39,2) e Alagoas (37,4).

Em 2019, a Bahia também foi estado com maior quantidade de mortes violentas. Em comparação com os dados divulgados no último balanço, o estado teve um aumento de 3,5%, com 177 mortes violentas a mais em 2020. [...]

O mês mais violento de 2020, conforme o Monitor da Violência, foi abril, com 534 crimes, seguido do mês de março, que contabilizou 525 mortes violentas.

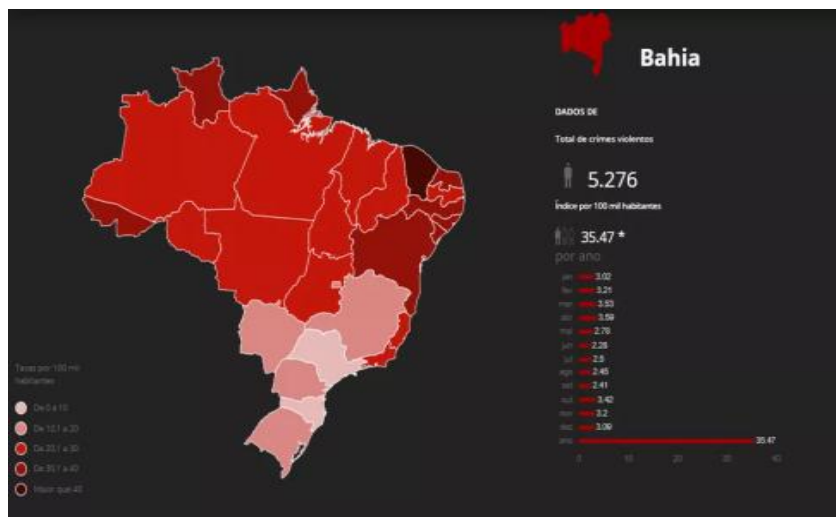
O aumento de mortes aconteceu mesmo durante a pandemia do novo coronavírus e, em todo o país, o aumento de 5% foi puxado principalmente pelo Nordeste, que teve um aumento expressivo nos assassinatos: 20%. É importante ressaltar que a região também foi a grande responsável pela queda de mortes nos últimos dois anos. [...]

## Brasil

O Brasil teve uma alta de 5% nos assassinatos em 2020 na comparação com 2019, após dois anos consecutivos de queda.

A região Sul também teve uma leve alta. Já nas outras regiões (Norte, Centro-Oeste e Sudeste), o número de crimes violentos foi menor na comparação com o ano anterior.

No ano passado, foram registradas 43.892 mortes violentas, contra 41.730 em 2019. Ou seja, 2.162 mortes a mais. Estão contabilizadas no número as vítimas de homicídios dolosos (incluindo os feminicídios), latrocínios e lesões corporais seguidas de morte.



# Peça Processual

---



# Peça Processual

---

Contrarrazões elaborada pelo MPBA frente ao Recurso Especial interposto pelo Estado da Bahia, no qual se insurgiu contra acórdão da 1ª Câmara Cível do TJBA, que deferiu a tutela provisória pleiteada pelo parquet, determinando ao Poder Executivo estadual a imediata complementação ao Plano de Contingência da SEAP, criado para o enfrentamento de emergência da pandemia - COVID 19 no Sistema Penitenciário da Bahia; a urgente transferência dos presos sintomáticos ou diagnosticados com coronavírus, custodiados nas carceragens policiais de todo o Estado da Bahia; e a apresentação de um Plano de Ação para promover a assistência à saúde, a testagem e o isolamento dos presos custodiados nas Delegacias de Polícia.

**Promotora de Justiça:** Renata Barros Dadach Assis.

- [Recurso Especial no Agravo de Instrumento nº 8021071-09.2020.8.05.0000.](#)

\*Para acessar a peça processual, clique no hiperlink acima.





# Expediente

índice

Procuradora-Geral de Justiça  
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEOSP  
Coordenador  
Luís Alberto Vasconcelos Pereira

Equipe  
Adoniza do Nascimento Dias Gomes – Analista Técnico – Assistente Social  
Daniele Viana Silva Santos – Estagiária de Serviço Social  
Henilda Amaral de Melo – Oficial Administrativo  
Juliane Lisboa Bispo – Estagiária de Serviço Social  
Kadija Teles Borges – Estagiária de Administração  
Pablo Victor Araújo Costa – Assessor Técnico – Jurídico  
Roberto Catai Ferreira Junior – Assistente Técnico - Administrativo  
Sandra Maria Brito Silva – Analista Técnico – Assistente Social

 ceosp@mpba.mp.br  
 71 3103-0381  
 71 3103-0382  
 71 3103-0383